

# Trajetórias e inconstâncias da integração sul-americana

JAMILE LOURDES FERREIRA TAJRA  
MÔNICA DIAS MARTINS

Nas duas últimas décadas, os países da América do Sul vêm aprofundando os parâmetros dos seus vários projetos de integração. *Integração sul-americana: desafios e perspectivas*, organizado por João Paulo Viana, Patrícia de Vasconcellos e Vinicius Miguel, ajuda-nos a exercitar a consciência crítica

---

**JAMILE LOURDES FERREIRA TAJRA**

Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e pesquisadora do Observatório das Nacionalidades.

---

**MÔNICA DIAS MARTINS**

Doutora em Sociologia, professora do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade (MAPPs), Universidade Estadual do Ceará (UECE), e coordenadora do Observatório das Nacionalidades.

---

VIANA, João Paulo Saraiva Leão; VASCONCELLOS, Patrícia Maria Cabral de; MIGUEL, Vinicius Valentin Raduan (Orgs.). *Integração sul-americana: desafios e perspectivas*. Rondônia: Edufro, 2011.

sobre o alcance e as potencialidades de tais processos, que aparecem como prioridade na política externa dos países da região, ultrapassando o campo econômico e integrando as esferas políticas, sociais, culturais e ambientais. Trata-se de um conjunto de artigos dedicados a diferentes temas no âmbito da integração sul-americana.

Abrindo a coletânea, Shiguenoli Miyamoto defende que o diálogo e a coordenação entre os setores de defesa em âmbito regional é um passo primordial para o fortalecimento dos Estados nacionais. Iniciativas como a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano “podem abrir caminho à resolução compartilhada de questões de interesse comum dos países envolvidos” (p. 41). No tocante à integração sul-americana, sugere o

autor, embora mais presente na retórica do que nas práticas políticas, há de se destacar o respeito à soberania política dos Estados, de forma a resguardar as fronteiras nacionais.

O segundo artigo, “A adesão da Venezuela ao Mercosul no Congresso brasileiro”, de Fabiano Santos e Márcio Vilarouca, é dedicado à observação do processo de aprovação da entrada da Venezuela como membro pleno do bloco pelo Legislativo brasileiro. A questão deu início a um processo que se estendeu por trinta e quatro meses na esfera legislativa brasileira, revelando, além de divergências nas opiniões partidárias quanto à validade do envolvimento do Brasil no próprio processo de integração, a discordância de parte das bancadas nas duas casas (Câmara e Senado Federais) em relação à entrada do novo sócio. Contudo, as bancadas governistas, de posição pró-integração sul-americana, levantavam o argumento de que a Venezuela somente viria a agregar pontos positivos ao bloco e fortalecê-lo diante de ameaças externas, principalmente no tocante à autossuficiência energética, alegando ainda a

transitoriedade da figura de Chávez em face da permanência do país e das vantagens de tê-lo como parceiro em âmbito regional. O fato em discussão, segundo os autores, evidenciou o quão delicado e sensível às esferas políticas domésticas é a integração encerrada pelo Mercosul.

Daniela Ribeiro e Regina Kfuri dividem a autoria do texto “Nova integração regional e a expansão do capitalismo brasileiro na América do Sul”. Nele apresentam as três fases do regionalismo sul-americano. A primeira, chamada regionalismo fechado, foi marcada pela assinatura de tratados comerciais como forma de solução conjuntural às insuficiências dos mercados internos, contexto no qual, nos anos 1960, surgiu a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), e a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), que visavam, por meio da complementaridade dos mercados nacionais, alcançar o desenvolvimento econômico da região. A segunda, marcada por um regionalismo aberto, observou-se sob os efeitos do fim da Guerra Fria, com uma nova dinâmica global que impulsionava a

abertura de capitais e mercados sob os ditames do Consenso de Washington. O Brasil, então, em consonância com os dizeres do Consenso, adotou medidas liberalizantes com vistas a aumentar seu alcance externo, envolvendo-se em instâncias multilaterais, e a retomar seu diálogo com os EUA. Porém, após a década de 1990, verificou-se uma ampliação da agenda de integração regional, possibilitando uma abertura da agenda para discussão de temas sociais, culturais, políticos, infraestruturais e ambientais. Houve uma clara mudança na estrutura institucional do Mercosul, que passou a dar lugar a órgãos de absorção dos temas sociais agora tomados como prioridade para o sucesso do processo de integração, inaugurando uma terceira fase, denominada pelas autoras de novo regionalismo. O Brasil, por meio de órgãos públicos de financiamento, principalmente o BNDES, e de empresas privadas com atuação internacional, aumentou seus investimentos na região. Essa postura, sugerem as autoras, se deu no intuito de promover uma melhor inserção internacional das empresas envolvidas, além de fomentar a diminuição da vulnerabilidade

externa do país, revelando a estratégia de expansão do capitalismo brasileiro por meio de aumento nos investimentos nacionais na região.

Assinado por Máximo Masson, o quarto capítulo aborda a democratização do acesso à educação superior na região que, acompanhando a industrialização e o crescimento urbano em diversos países, fez emergir a reivindicação por níveis educacionais cada vez mais elevados. Desde os governos desenvolvimentistas até os neoliberais, a expansão capitalista no subcontinente admitiu uma crescente presença das empresas sul-americanas nos mercados mundiais e ampliou a demanda empresarial pela produção de novos conhecimentos. A educação superior surgiu, então, como mecanismo de distinção social para os segmentos sociais subalternos, expondo os estreitos vínculos entre educação e desenvolvimento. De acordo com o autor, as estruturas nacionais de ensino têm a capacidade de interferir positivamente na integração, o que encerra o desafio de romper com as forças conservadoras e vislumbrar a autonomia da América do Sul também no campo da produção

científica. É nesse contexto que se devem avaliar os papéis da educação superior na região.

No capítulo seguinte, Alessandra Marchiori traça um panorama histórico da integração sul-americana e mostra como a ideia de autonomia política da região esteve presente desde as lutas de independência. A autora analisa os projetos propagados pela Doutrina Monroe e os movimentos inspirados por Simon Bolívar, assim como pelas primeiras Conferências Internacionais Americanas e o surgimento da CEPAL, com suas premissas nacional-desenvolvimentistas, que não dispensavam o aporte do capital estrangeiro. Em face da discrepância das relações centro-periferia no continente, os países sul-americanos ensaiariam formas de subversão. A criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), em 2004, integrando os países do Pacto andino e do Mercosul, entre outros, é visto pela estudiosa como uma retomada do projeto bolivariano para superar as ordens colonial e imperialista que buscam prejudicar a integração sul-americana.

A seguir, Francisco Uribam Xavier de Holanda, em “Integração

descolonizadora do poder ou a integração dos povos pelos povos”, apresenta os principais projetos de integração sul-americana e a gênese das tentativas de entendimento político no âmbito desses projetos. Assim, o autor denuncia o frágil caráter do argumento da coesão política entre os países da região, donde o reconhecimento por parte do cidadão, e mesmo seu interesse em contribuir para o projeto de integração, ainda é muito pouco perceptível. Isso se dá, afere Uribam, porque os processos de independência na América Latina romperam com o colonialismo político praticado pelas metrópoles, mas não deram conta da ruptura com a colonialidade do poder (QUIJANO, 2006) que, por sua vez, como uma herança funesta, ainda influencia, senão determina, a posição subalterna dos países da região em relação aos países centrais na dinâmica do capital. A integração descolonizadora do poder funcionaria, na perspectiva do articulista, como alternativa de superação dos antigos poderes coloniais e da nova hegemonia que se ensaiava. Na América Latina a ALBA, de orientação bolivariana, representou essa

tentativa de ruptura tanto com as amarras coloniais como com a ofensiva econômica hegemônica estadunidense na região.

Patrícia Mara Cabral de Vasconcellos, uma das organizadoras da coletânea, examina a seguir a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA), acordo estabelecido entre doze países da região durante a Cúpula de Brasília, em 2000. O projeto de integração infraestrutural Brasil-Peru-Colômbia prioriza os ganhos econômicos com a instituição de uma rede comum de transportes terrestres e aquáticos, quase sempre pouco atenta aos desequilíbrios socioambientais. Uma integração pautada essencialmente nos parâmetros mercadológicos como a observada entre os países sul-americanos, entretanto, lembra a autora, pode trazer efeitos contrários aos esperados. Assim, à medida que com a integração se espera o estabelecimento de uma conjuntura político-econômica regional harmônica e em respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos, a não observância dos impactos advindos do excesso de interesse pelo mercado pode trazer o desequilíbrio

social e o desrespeito a estes direitos nas zonas fronteiriças. A segurança e a defesa regionais devem estar no centro da discussão sobre o caráter do pretendido desenvolvimento para a América do Sul.

No artigo “Bolívia e os desafios da integração regional: crise de hegemonia, instabilidade e refundação institucional”, Clayton M. Cunha Filho e João Paulo Saraiva Leão Viana expõem o panorama histórico boliviano do século XX e a conjuntura política do país na entrada do século XXI. A Bolívia viveu momentos de tensão durante praticamente toda a sua trajetória política no século XX. O restabelecimento do ambiente democrático se deu apenas em 1985, permitindo alcançar uma relativa estabilidade econômica, com a contenção da inflação e a reabertura de crédito. Como observado, as medidas econômicas então adotadas “permitiram a reaproximação do país com o FMI, o que se refletiu diretamente na abertura de crédito e na possibilidade de novos acordos para a renegociação da dívida externa” (p. 228). No entanto, a pressão dos movimentos sindicais e indígenas, além de outros

segmentos sociais organizados, não tardaram em demonstrar seus direitos por espaço na estrutura do Estado. O cerne da inconstância das estruturas institucionais bolivianas e a dificuldade crônica de sustentação das suas bases democráticas conformam, na ótica dos autores, a gênese do próprio Estado boliviano. A consolidação de parâmetros democráticos de relações institucionais nacionais e regionais, por sua vez, tem importância primordial no contexto da integração.

Vinicius Valentin Raduan Miguel reflete, no último capítulo, sobre o lugar da Colômbia na integração sul-americana. Sob a liderança do presidente Álvaro Uribe, o país lançou mão de acordos de cooperação militar com os Estados Unidos, sendo os recursos energéticos colombianos usados como moeda de troca na instalação das bases militares estadunidenses, o que prejudica o ambiente democrático na região. O discurso da guerra contra as drogas e o narcoterrorismo tem sido usado para confrontar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), e os movimentos bolivarianos, particularmente aqueles vinculados ao

presidente da Venezuela. O alinhamento colombiano aos EUA ajuda a perpetuar a noção de permanente conflito de todos contra todos e dificulta o planejamento estratégico dos países no tocante à segurança regional. No entanto, aufero o autor, este alinhamento revela duas inconsistências: de um lado, a aliança com a grande potência tolhe o diálogo com os países do sul; de outro, a priorização de uma agenda política militar retarda o envolvimento da Colômbia em acordos voltados para o desenvolvimento econômico-social e a superação das desigualdades estruturais.

Dedicada à análise dos múltiplos aspectos da integração dos países da América do Sul, a coletânea traz à luz a grandeza e o alcance de um processo histórico que, com a superação dos limites comerciais dos projetos existentes até o fim da década de 1990, apresenta, no amanhecer do novo século, maior possibilidade de entendimento entre nações vizinhas e a ampliação dos domínios da integração regional. A complexa rede de acordos em curso evidencia o amadurecimento político, a relevância do desenvolvimento social e o

potencial geopolítico da região. Certamente, a unidade das vozes sul-americanas encontra desafios, mas não se pode negar sua legitimidade como perspectiva política e experiência inovadora de cooperação internacional.